

ESTUDO DO PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA
Contribuições das Instituições de Educação Infantil do Município de Sorocaba

EDUCAÇÃO INFANTIL

PROPOSTA 1

- Ampliações de vagas em creches.
- Estruturar serviços de apoio as famílias estrangeiras.
- Informações interligadas entre diversos segmentos como escola e saúde.
- Retorno de projetos destinados a cuidados básicos e higiene pessoal das crianças. como a escola saudável.
- Estimular políticas públicas que apoiem e fortaleçam a família, em suas diversas configurações, como base fundamental para a construção da identidade da criança.
- Desenvolver campanhas e ações para promover o reconhecimento formal de paternidade e maternidade.
- Criação de polos para atendimentos multidisciplinares.
- Adequação de materiais pedagógicos e lúdicos para cada faixa etária.

PROPOSTA 2

- O estado - no âmbito do governo federal, dos governos estaduais e do distrito federal e dos governos municipais – vai atender com prioridade absoluta o compromisso constitucional de garantir a criança o direito: a vida, a saúde, a alimentação, a educação infantil, a informação, a cultura e a diversidade cultural, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.
- A política de educação inclusiva será oferecida orientações as famílias e qualificação aos professores, tanto na educação inicial quanto na continuada.
- Criar um programa nacional de brinquedos para a educação infantil, complementar ao programa de materiais pedagógicos adequados a faixas etárias e as necessidades do trabalho educacional. Através do brincar o ambiente torna-se o 3º terceiro professor da criança (Reggio Emilia). Da função do adulto requer preparação no aprender a brincar

com as crianças. Os brinquedos devem atender toda a diversidade cultural brasileira.

- A criança deve ter caráter humanizador do seu espaço.
- Os valores dos pequenos são totalmente distorcidos, pois através dos desenhos, filmes, são levados a acreditar em valores distorcidos.
- Precisamos de políticas públicas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições digna de existência

PROPOSTA 3

- Proporcionar momento de formação continuada em rede aos professores para reflexão sobre a prática
- Oferecer espaço físico com infraestrutura adequada para cada faixa etária
- Discussão sobre formas de avaliação em consonância com a legislação.

PROPOSTA 4

- Aumento de oferta de vagas para crianças de até 5 anos e 11 meses.
- Aumento das unidades de creches 24h.
- Diminuir o número de crianças por sala de aula, para melhor qualidade de ensino.
- Avaliação individual permanente, baseada no desenvolvimento de cada criança, através de observações e registros
- Implantar equipes de apoio para crianças com deficiências e orientação (formação) para professores com alunos que apresentam deficiência.
- Construir as novas instituições de educação infantil, primeiramente nas áreas de maior necessidade social.
- Orientar e dar apoio as famílias que optem em ficar com seus filhos até os três anos e onze meses em casa..
- Todas as instituições devem estar adequadas em relação a infraestrutura, adequadas a cada faixa etária, e em perfeito funcionamento.

- Apoiar com ações dos seguintes segmentos: educação, assistência social, saúde e justiça as famílias, pois as crianças que mais necessitam de auxílio, são provenientes de famílias desestruturadas.
- Fornecer materiais escolares de qualidade e fazer a reposição quando necessário.
- Distribuir os conteúdos da matriz curricular de acordo com a faixa etária na educação infantil.
- Para garantir os cuidados e a segurança das crianças, disponibilizar inspetor de alunos para todas unidades escolares.

PROPOSTA 5

- Colaborar para o enriquecimento do repertório cultural das crianças;
- Organizar ambientes garantindo ricas experiências e vivências;
- Acelerar o processo de construção das múltiplas linguagens;
- Aproximar as crianças da história da família e do espaço social mais próximo.
- Propiciar atividades lúdicas para o desenvolvimento em vários aspectos: emocional, afetivo, cognitivo, motor, social, físico, abrangendo tanto os cuidados quanto a educação.
- Garantir o repouso, a expressão livre, o movimento, o brinquedo em ambientes internos e externos em instalações adequadas e equipadas.

PROPOSTA 6

- Proposta pedagógica única, através de um material didático padronizado, mas elaborado com a participação de professores da rede;
- Cursos de formação continuada sejam convocação;
- Capacitar todos os professores para educação inclusiva;
- Garantir fornecimento de materiais pedagógicos adequados à idade, boa qualidade e suficiente a quantidade de alunos;
- Assegurar um número de alunos adequado ao número de adultos (evitar superlotação);

- Adequar o espaço físico de acordo com a idade das crianças e que as obras tenham um padrão de qualidade;
- Construção de quadra coberta e com materiais de acordo com a idade, para serem utilizados nas atividades de educação e movimento;
- Crianças de creche tenham direito a férias.

PROPOSTA 7

- Investimento em infraestrutura: segurança e adequação dos espaços.
- Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil: números de crianças por sala, números de adultos, etc.
- Ampliar o número de instituições para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, consecutivamente, oferecendo maior quantidade de vagas;
- Formação continuada em serviço com conteúdos específicos.
- Fornecimento de materiais pedagógicos adequados às necessidades de cada faixa etária.

PROPOSTA 8

Ações prioritárias:

1. Reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, no sentido de ser colocada num lugar de destaque nas ações estabelecidas pela política local;
2. Adequação do número de vagas/unidades escolares para atender ao princípio constitucional do direito da criança à educação infantil, considerando: creches para as crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para as crianças de 4-5 anos;
3. A formação dos professores à programas de educação permanente, considerando o proposto na ação 11 do plano nacional;
4. Considerar à matrícula da criança com deficiência, como prevê a meta 10, oferecendo condições de permanência com qualidade nas instituições escolares de 0-3 e 4-5 anos;

5. Ampliar a oferta do atendimento integral das crianças de 0-3 e 4-5 anos, principalmente, aquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade, como prevê a ação nº 13.

6. Adequação de espaço físico, de modo a garantir o atendimento das crianças matriculadas na educação infantil com qualidade, como prevê a ação 14;

7. Emergência nas discussões, estudo com fundamentação teórica e consolidações da ação nº 15, do plano nacional para a primeira infância, no que tange às diretrizes pedagógicas: processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança; indissociação entre educação e cuidado; discussão com relação ao currículo da educação de 0-5 anos, evitando-se a segmentação entre creches e pré-escolas, como prevê o plano nacional para a primeira infância, considerando, ainda, a passagem dessa criança para o ensino fundamental; presença da ludicidade; estudo com relação à avaliação na educação infantil; princípios que fundamentam a proposta pedagógica. Outras observações: a equipe considera importante relacionar essas discussões ao aprofundamento no estudo das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (resolução nº 5/2009); considera, ainda, a necessidade de ampla discussão do plano municipal, no âmbito de toda a comunidade escolar, assim como do fórum regional de educação infantil; secretaria da educação destaca, também a necessidade de uma discussão ampla, envolvendo toda a comunidade sorocabana: secretarias municipais e estaduais de educação, saúde e desenvolvimento social; conselhos municipais; entidades de atendimento da criança; segurança pública e demais órgãos responsáveis pela rede de proteção da criança

PROPOSTA 9

Refletindo sobre o capítulo sobre educação infantil, percebemos que:

- A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. esta não pode mais constituir-se a partir do ensino dito “fundamental” ou obrigatório, pois este já não é mais considerado o fundamento e sim a segunda etapa do processo educacional da pessoa, construindo sobre as estruturas psicomotoras, afetivas, sociais, cognitivas dos primeiros cinco ou seis anos de vida
- Sendo assim, chegamos a algumas conclusões que seriam prioritárias para a educação infantil, que deve estar sempre consolidada no tripé da educação:

1. técnico
2. afetivo
3. ético

- Seria muito interessante, que todas as todas as ações estejam de acordo com os referenciais curriculares, permeando todos os eixos temáticos. (ético)
- Que as leis sejam respeitadas e cumpridas: lei da ldb, eca, etc
- (técnico)
- Fazer um plano escolar estilo (plano diretor da cidade) onde se construam instituições de ensino de acordo com a demanda dos bairros, assim a quantidade de alunos seria menor e como resultado desta nova estratégia o aproveitamento das escolas seria melhor. pois os alunos estudariam perto e as unidades de ensino teriam um número de alunos adequado resultando assim, um trabalho muito melhor. (afetivo)

PROPOSTA 10

- Política pública visando qualidade e depois quantidade.
- Educação de qualidade se diz respeito à formação de professores(educadores), número de auxiliares, número de alunos por sala, entre outros.
- Educação infantil para todos. Todos são iguais perante a lei.
- Que a educação infantil não seja fundamentalizada.
- Repensar o conceito de educação infantil na questão do currículo, a ludicidade, avaliação processual, culminando numa proposta pedagógica realizada pelos professores.
- Espaços: repensar a construção dos espaços de educação infantil

PROPOSTA 11

- Frente ao conteúdo do texto, vimos a necessidade de um maior número de creches que atenda a população;
- Que os profissionais que trabalham em creche sejam habilitados na área da educação
- Que o município garanta uma qualidade da educação não só pelo número de vagas mas pela valorização dos profissionais da educação

PROPOSTA 12

Ação 2 – É deixar claro, para as famílias, que a educação é parte dela. Saber como foi o dia, verificar os materiais. Participar da vida escolar deveria ser uma regra para todos e nos aproximaria muito da comunidade. Uma sugestão seria garantir que a escola e a prefeitura promovam oficinas, cursos e palestras dentro das escolas.

Ação 3 – É preciso construir novas práticas sociais com as famílias, de caráter coletivo, participativo e solidário, que envolvam instituições, associações e movimentos da comunidade. É necessário criar novas práticas sociais para que as famílias possam compreender que as instituições de ensino são parte da vida das crianças e não apenas um lugar onde elas passam o dia. Algumas ideias: fazer projetos, oficinas, palestras, festas e atividades que envolvam toda a comunidade.

PROPOSTA 13

- Instalar uma Secretaria para a primeira infância com diferentes profissionais da educação, saúde e segurança pública.

- Palestras educativas/informativas com participação do Conselho tutelar para os pais, funcionários e comunidade.

- Valorização e qualificação de todos os profissionais que atendem a educação infantil.

- Respeitar e assegurar que todos os estabelecimentos de educação infantil estejam conforme os padrões de estrutura e estejam em funcionamento de acordo com as faixas etárias.

- Trabalhar com a educação ambiental desde a creche.

- Rever os currículos, propostas pedagógicas e materiais didáticos na educação infantil.

- Investir em programas educacionais e culturais para as crianças.

- Inclusão da temática da prevenção de acidentes na infância no currículo e na proposta pedagógica. E também no currículo do curso de Pedagogia e na formação de funcionários da educação infantil.

- Estabelecer parcerias junto aos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social que se mobilizem para orientar e atender a escola e sua comunidade.

- Desenvolver projetos que possibilitem o consumo responsável consciente e sustentável nas escolas.

- Orientar educadores e responsáveis acerca da pressão consumista que as crianças estão expostas na contemporaneidade.
- Orientar profissionais da educação quanto à seleção dos conteúdos midiáticos oferecidos às crianças e realizar debates junto à comunidade.
- Promover debates ou reuniões com assuntos de interesse de pais com profissionais multidisciplinares especializados.
- Enviar de forma sistematizada textos e informativos ao desenvolvimento infantil.
- Organizar o dia da família na escola.
- Desenvolver projetos de educação ambiental na escola.
- Vivenciar o consumo responsável, consciente e sustentável nas escolas.
- Promover debates sobre as possíveis consequências do excesso à exposição à televisão, computador e vídeo game.
- Orientar os profissionais da educação quanto à seleção dos conteúdos midiáticos oferecidos às crianças.

SAÚDE DA CRIANÇA

PROPOSTA 1

Tendo a oportunidade de conhecermos o PNPI e refletindo a partir da compreensão de que o estado de saúde relaciona-se a direitos básicos da criança, são definidos como o direito à saúde e à nutrição, o direito ao desenvolvimento e o direito à proteção especial quando necessário, o plano considera que devem ser incentivadas e apoiadas algumas diretrizes das políticas públicas de saúde para as quais os recursos de investimento deverão ser prioritariamente dirigidos. Essas diretrizes envolvem ações integradas para a saúde da gestante e da criança até 6 anos, por meio da mobilização de estratégias consideradas fundamentais.

Estas ações se referirem à humanização, ao acesso aos serviços e à qualificação da atenção à saúde da mulher e da criança. Também dizem respeito a uma melhor integração dos vários serviços e a uma efetiva participação da família e da comunidade.

Sendo assim percebemos que a comunidade e a família são muito importantes para o pleno desenvolvimento da primeira infância e que o poder público poderia estar colaborando no sentido de promover palestras, encontros e

reuniões periódicas em conjunto com os profissionais de saúde (UBS e Instituições ligadas ao ECA) para tratar de assuntos relacionados a :

- Pré Natal
- Aleitamento materno
- Higiene pessoal
- Acompanhamento da carteira de vacinação
- Alimentação Saudável
- * - Manobra do desengasgo (*Manobra de Heimlich)
- *- Estratégias para o controle da febre antes de chegar a UBS (cuidados em situação de febre)

PROPOSTA 2

Atendimento pré-natal

1) Fortalecer a capacidade técnica, o tratamento e a qualidade da atenção dos serviços de saúde e de educação dirigidos às gestantes.

2) Garantir a realização de seis ou mais consultas, incluindo a realização do teste de HIV e demais exames laboratoriais.

3) Criar estratégias e ações interdisciplinares no pré-natal com o objetivo de melhor configurar o universo psicossocial da mãe e sua rede de sustentação com especial atenção à gestante com sintomas de depressão, à mãe adolescente vítima de violência.

4) Atenção obstétrica e neonatal humanizadas

4.1 Organizar o acesso, adequar a oferta de serviços e fortalecer a Rede Hospitalar, incluindo a expansão e qualificação de hospitais de referência para as gestantes e recém-nascidos (RN) de risco.

4.2 Apoiar a articulação da equipe de referência com o serviço de saúde onde ocorrerá o parto, envolvendo ambas as equipes no pré-natal e cuidado no puerpério, e na realização de alta conjunta.

5) Assegurar a presença de um pediatra treinado em reanimação neonatal em todos os partos institucionais.

6) Aleitamento materno e alimentação infantil

6.1 Ampliar a Rede Nacional de Bancos de Leite Humano nos hospitais/maternidades que tenham unidades de terapia intensiva ou cuidados intermediários aos recém-nascidos e implantar serviços de coleta nas unidades de saúde.

6.2 Aprovar no setor público e incentivar no setor privado a licença maternidade até seis meses de vida do bebê.

6.3 Alimentação saudável, combate à desnutrição e anemias carenciais e prevenção do sobrepeso e obesidade infantil

6.4 Formar equipes interdisciplinares de cuidados à criança nas unidades de saúde materno-infantil em de atendimento exclusivo à criança, em especial integrar profissionais de saúde mental nas equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

7) Controle e Assistência

7.1 Expandir a estratégia de Atenção às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI).

7.2 Prestar apoio psicossocial às crianças soropositivas e a seus cuidadores.

7.3 Promover a saúde auditiva e ocular com especial atenção aos testes de triagem

7.4 Promover a saúde bucal.

7.5 Promover as medidas necessárias para a detecção precoce de doenças crônicas graves como diabetes tipo 1 em toda a população infantil, e desenvolver programa de atendimento médico específico.

8) Cuidados para grupos específicos e crianças com deficiência

8.1 Promover e realizar estudos e pesquisas com o objetivo de prevenir, detectar e tratar os mais precocemente possível as dificuldades de desenvolvimento.

8.2 Desenhar, implementar e fortalecer programas intersetoriais de saúde integral e educação específica dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, dos quais participem a família e a comunidade

9) Ações conjuntas e intersetoriais

9.1 Promover maior articulação dos programas governamentais de estimulação do desenvolvimento infantil com os realizados por organizações não-governamentais.

10) Atenção à saúde mental

A equipe considerou todos os itens relevantes.

PROPOSTA 3

1) Atendimento pré-natal

1.1 Fortalecer a capacidade técnica, o tratamento e a qualidade da atenção dos serviços e de educação dirigidos às gestantes.

1.2 Garantir a realização de seis ou mais consultas, incluindo a realização do teste de HIV e demais exames laboratoriais.

2) Atenção obstétrica e neonatal humanizadas

2.1 Organizar o acesso, adequar a oferta de serviços e fortalecer a Rede Hospitalar, incluindo a expansão e qualificação de hospitais de referência para as gestantes e recém-nascidos de risco.

2.2 Assegurar a presença de um pediatra treinado em reanimação neonatal em todos os partos institucionais.

2.3 Ampliar o número de Hospitais Amigo da Criança e, nestes, dar a devida atenção ao vínculo Mãe-bebê e estimular o envolvimento do pais na atenção neonatal.

3) Aleitamento materno e alimentação infantil.

3.1 Aprovar no setor público e incentivar no setor privado a licença maternidade até os seis meses de vida do bebê.

4) Alimentação saudável combate à desnutrição e anemias carências e prevenção do sobrepeso e obesidade infantil.

4.1 Capacitar e qualificar a família e os cuidadores de crianças da rede social extrafamiliar, favorecendo a construção de vínculos afetivos com a mãe, ou sua figura substituta, o pai, a família e a rede social.

4.2 Inserir a atenção e os cuidados com o desenvolvimento psíquico nos programas de assistência materno-infantil de saúde pública.

4.3 Formar equipes interdisciplinares de cuidados à criança nas Unidades de Saúde materno-infantil e de atendimento exclusivo à criança, em especial integrar profissionais de saúde mental na equipes dos Núcleos de Apoio à saúde da família.

5) Controle e Assistência

5.1 Promover a saúde auditiva e ocular com especial atenção aos testes de triagem.

5.2 Promover a saúde bucal.

5.3 Fomentar as medidas necessárias para a detecção precoce de doenças crônicas graves como o diabetes tipo 1 em toda a população infantil, e desenvolver programa de atendimento médico específico.

6) Cuidados para grupos específicos e crianças com deficiência

6.1 Promover e realizar estudos e pesquisas com o objetivo de prevenir, detectar e tratar o mais precocemente possível as dificuldades de desenvolvimento.

6.2 Desenhar, implementar e fortalecer programas de saúde integral e educação especializada dirigidos as crianças com deficiência ou com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, dos quais participem a família e a comunidade.

7) Ações conjuntas e Inter setoriais

7.1 Realizar em creches e pré-escolas ações de promoção de saúde articuladas com as de educação e dos setores no desenvolvimento social, da cultura e do desenvolvimento agrário.

7.2 Promover maior articulação dos programas governamentais de estimulação do desenvolvimento infantil com os realizados por organizações

PROPOSTA 4

- Alimentação saudável, combate à desnutrição e anemias carenciais e prevenção do sobrepeso e obesidade infantil;
- Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento;
- Cuidados para grupos específicos e crianças com deficiência;
- Equipes especializadas em saúde mental da primeira infância;
- Campanhas educativas e informativas.

PROPOSTA 5

- Promover a conscientização sobre o planejamento familiar;
- Possibilitar uma enfermeira em cada unidade escolar de Educação Infantil;
- Orientações aos pais sobre higiene e cuidados básicos feitas pela área (especialistas) da saúde;
- Estabelecer programas efetivos de orientação escolar acerca de hábitos saudáveis;
- Campanhas residenciais de orientação sobre hábitos saudáveis e alimentação;
- Fornecer subsídios suficientes para a população carente manter hábitos saudáveis;

PROPOSTA 6

- Palestras na escola com profissionais da saúde;
- Capacitação em primeiros socorros para os funcionários que atuam em creches e pré-escola;
- Avaliação anual das crianças nas escolas com a equipe da saúde (coleta de fezes, urina e sangue para exames gerais)
- *Maior rigor quanto à doenças contagiosas
- Projeto sobre saúde bucal com profissionais especializados;
- Condições mínimas de saúde nas Escolas de Educação Infantil (Banheiros adequados ao número de alunos, escovódromos, coberturas em áreas externas)
- Profissional da saúde (enfermeiro, téc. Enfermagem, estagiários da saúde) nas Creches

PROPOSTA 7

- Fortalecer a utilização de locais apropriados na comunidade (UBS, Centro Esportivo, Escolas, Associações de Moradores, etc) para que neles ocorram ações intersetoriais voltadas aos cuidados à criança;
- Criar encontros entre profissionais da área da saúde (física e mental) e a comunidade para tratar de assuntos do cotidiano das famílias, voltados à criança;

PROPOSTA 8

Cuidados para grupos específicos e crianças com deficiências:

- Promover e realizar estudos e pesquisas com o objetivo de prevenir, detectar e tratar o mais precocemente possível as dificuldades de desenvolvimento;
- Desenhar, implementar e fortalecer programas intersetoriais de saúde integral e educação especializada dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, dos quais participem a família e a comunidade.
- Fortalecer a utilização de locais apropriados na comunidade (UBS, Centro Esportivo, Escolas, Associações de Moradores, etc)

para que neles ocorram ações intersetoriais voltadas aos cuidados à criança;

- Criar encontros entre profissionais da área da saúde (física e mental) e a comunidade para tratar de assuntos do cotidiano das famílias, voltados à criança;

PROPOSTA 9

- Cuidados para grupos específicos e crianças com deficiências:
- Promover e realizar estudos e pesquisas com o objetivo de prevenir, detectar e tratar o mais precocemente possível as dificuldades de desenvolvimento;
- Desenhar, implementar e fortalecer programas intersetoriais de saúde integral e educação especializada dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, dos quais participem a família e a comunidade.

PROPOSTA 10

- Equipes especializadas em saúde mental da primeira infância.
- Estabelecer parcerias entre Saúde e Educação, que garantam formação em primeiros socorros, prevenção de doenças e acidentes.
- Estabelecer protocolo de saúde: vacinação, biometria, saúde bucal.
- Promover campanhas educativas efetivas em todos os segmentos escolares que contemplem espaços além dos Centros de Saúde.
- Estabelecer parcerias entre Saúde e Educação, que garantam a formação em primeiros socorros, prevenção de doenças e acidentes.

A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA

PROPOSTA 1

O trabalho de apoio e fortalecimento das famílias deve ser pautado no estabelecimento de relações dialógicas

Como? O diálogo é um fator importante para convivência de modo geral e na família deve ser priorizado por todos os envolvidos, através de programas de apoio à família, orientação psicológica e conscientização a respeito de sua responsabilidade, possibilitando o entendimento de que os familiares são os protagonistas na educação dos seus filhos.

PROPOSTA 2

Foram compiladas as ideias das duas unidades escolares CEI 26 e 69:

- Fortalecer a utilização de locais apropriados na comunidade (UBS, Centro Esportivo, Escolas, Associações de Moradores, etc) para que neles ocorram ações voltadas aos cuidados à criança;
- Criar encontros entre profissionais da área da saúde (física e mental) e a comunidade para tratar de assuntos do cotidiano das famílias, voltados à criança;
- Valorizar as ações já existentes nas comunidades e elaborar uma rede para que haja o “diálogo” entre elas e seu fortalecimento com ações cada vez mais pontuais;
- Programar rodas de conversas, palestras e cursos com profissionais de diversas áreas que possibilitem oferecer auxílio às famílias mais necessitadas no aspecto de viabilizar condições de trabalho aos pais, fornecendo cursos onde estes aprendam um ofício e progressivamente valorizem-se como cidadãos. Com isso, melhorando a qualidade de vida da família;
- Reforçar o atendimento às famílias que apresentam desestruturação (problemas como drogas, prostituição, delinquência), de forma a acompanhá-las e orientá-las na condução de cuidados, deveres e direitos da criança que estejam inseridas neste contexto;
- Incentivar as Associações de Moradores e fortalece-las.

A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE
--

PROPOSTA 1

As ações que a equipe considera prioritárias ao desenvolvimento do Plano Municipal pela primeira infância na rede municipal de Sorocaba.

- Oferecer estrutura adequada para a participação das crianças nos espaços públicos, respeitando as características da faixa etária;
- Campanhas de conscientização em relação à conservação e restauração do meio ambiente;
- Oportunizar cursos de formação de professores com estudos sobre as questões relativas à sustentabilidade da sociedade;
- Construção de espaços lúdicos diversos e seguros para receber a criança de zero a seis anos.

PROPOSTA 2

As ações que a equipe considera prioritária ao desenvolvimento do Plano Municipal pela Primeira Infância na Rede Municipal de Sorocaba:

- Espaços públicos diversos e adequados para receber a criança;
- Formação contínua de Educação ambiental (educação para uma sociedade sustentável);
- Campanhas de conscientização em relação à proteção e restauração do meio ambiente;
- Viabilizar a ocupação de espaços públicos, tais como: teatros, bibliotecas, museus e outros, que sejam considerados prioritários no currículo de educação infantil, de creches e pré-escolas, proporcionando transporte de qualidade.
- Proporcionar o recolhimento e destinação adequada para os materiais recicláveis.

PROPOSTA 3

As ações que a equipe considera prioritária ao desenvolvimento do Plano Municipal pela Primeira Infância na Rede Municipal de Sorocaba:

1. A formulação e aplicação de políticas de ocupação e uso do espaço que atendam aos direitos de moradia, saúde, segurança, movimento, brincar;
2. Educação ambiental (educação para uma sociedade sustentável);
3. Campanhas de conscientização e formação de comportamentos em relação à proteção e restauração a terra, ao meio ambiente, ao consumo.

“A criança tem direito a uma vida saudável, em harmonia com a natureza²³, a inserir-se e viver como cidadã nas relações sociais, o que implica o direito ao espaço na cidade adequado às suas características biofísicas e de desenvolvimento, a participar da definição desses espaços e finalmente, a participar da construção de uma sociedade sustentável.”

Tendo em vista este amplo “direito” a cidadania, que garante à criança SER um ser participativo e opinante neste contexto traçamos algumas ações palpáveis:

- Ocupação de espaços públicos: (passeios/visitas), parques zoológico, feiras livres, praças; como parte integrante do “currículo”, (plano anual) das escolas públicas e particulares destinadas a 1ª infância.
- Projetos de memória local: Integrando crianças, adultos, idosos, utilizando praças, parques, ruas e outros em brincadeiras antigas, contação de histórias, integrando secretarias Educação, Saúde, lazer, esportes e outras.

- Dentro das ações voltadas ao meio ambiente, dentro e fora dos espaços escolares, traçar ações eficazes e verdadeiras no manejo, recolhimento e destinação do material reciclável. Tendo como órgão receptor as escolas e espaços frequentados pelas crianças, para a criação do hábito.
- Que os entornos das escolas tenham uma participação maior na vida social e urbana da criança, tornando – os em lugares agradáveis, arborizados e equipados que possibilitem a integração de famílias e parceiros da 1ª infância.
- Espaços públicos, tais como: bibliotecas, teatros, museus e outros, que sejam colocados como “passeios” prioritários e/ou obrigatórios nos “currículos” de educação infantil, de creches e pré-escolas, assim dar acesso a cultura à toda e qualquer criança.

PROPOSTA 4

- Oportunizar a realização de atividades abertas, ao ar livre, nas cidades, especialmente nos bairros, vilas, favelas, ou áreas de escassas oportunidades.
- Inclusão nos cursos de formações de professores o estudo sobre as questões relativas à sustentabilidade da sociedade e ao desenvolvimento de práticas de educação de até seis anos sobre esta temática.
- Elaboração de diretrizes que orientem a construção de espaços lúdicos para a criança de zero a seis anos.

PROPOSTA 5

- Ampliar os espaços públicos com equipamentos que contribuam com o desenvolvimento sensorial e motor das crianças nesta faixa etária.
- Realizar oficinas ministradas por profissionais (meio ambiente) e administradas em espaços públicos, visando a participação dos cidadãos de até seis anos.
- Ampliação e manutenção dos espaços de lazer nos bairros/entorno das escolas.
- Ampliar a forma de divulgação das atividades culturais/lazer que ocorrem nos espaços públicos.
- Aumentar a integração da UBS com as escolas para conhecimento dos espaços.
- Ampliar atendimento do Roteiro Educador contemplando a faixa etária de 0 a 6 anos.
- Explorar e incentivar as ações da associação Amigos de Bairro que contemplem a faixa etária.
- Ampliar parceria com empresas promotoras de eventos culturais/associações e profissionais liberais prevendo palestras e oficinas e que atendam a faixa etária.

DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINCAR DE TODAS AS CRIANÇAS

PROPOSTA 1

- Reposição e manutenção constante dos brinquedos nas escolas;
- Aquisição de novos brinquedos;
- Formação contínua dos profissionais da educação em atividades de jogos e brincadeiras, teatro, musicalização, brincadeiras cooperativas, contação de histórias, também específicos para crianças com necessidades educacionais especiais;
- Envio às escolas de materiais escolares (Kit escolar de qualidade) e os que auxiliam nas atividades lúdicas, em quantidade adequada e de acordo com a idade das crianças.

PROPOSTA 2

A equipe analisou o capítulo “Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças”, pois temos feito um trabalho com educadores, crianças e familiares sobre o brincar.

Nesse sentido, a equipe elegeu a temática, considerando a necessidade de uma abordagem pontual sobre o assunto no plano municipal pela primeira infância.

Ações prioritárias, considerando as discussões da equipe, a partir do estudo do Plano Nacional pela Primeira Infância:

1. Reconhecimento do direito de brincar como forma de expressão da criança;
2. Oferta e criação de espaços públicos lúdicos que atendam às demandas da infância (Parques, Incentivo à criação de brinquedotecas públicas, dentre outros);
3. Incentivo e apoio às unidades escolares à criação de espaços lúdicos que possibilitem a interatividade, a criatividade e a livre expressão pelas crianças e adultos;
4. Valorização a produção de conhecimento por profissionais que atuam em atividades lúdicas;
5. Investimento em formação continuada de profissionais que atuam diretamente com a criança, a respeito da importância do brincar para o seu desenvolvimento;
6. Incluir o brincar nas políticas públicas.

A equipe destaca:

- Necessidade de repensarmos as formas do brincar no projeto pedagógico da creche;
- Ampliação de espaços públicos para o brincar no próprio bairro e entorno;
- A importância de se brincar com segurança e as discussões com as políticas de segurança pública do município;
- Repensar os espaços do brincar na creche.

Como parte do estudo e discussões já iniciadas pela equipe nesse ano, a equipe propôs ações voltadas ao resgate do “brincar na rua” e a participação das famílias, no 2º semestre desse ano, ampliando as propostas já registradas no Plano de Trabalho Anual da unidade para 2014.

PROPOSTA 3

- Reconhecer a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, bem como forma de expressão da criança;
- Favorecer a construção de espaços adequados e destinados à vivência lúdica em todas as unidades escolares;
- Oportunizar às unidades escolares o direito de escolha dos materiais/brinquedos à serem adquiridos, bem como sua oferta visando qualidade, adequação às faixas etárias, quantidade suficiente para exploração de possibilidades (encaixar, elaborar formas, construir instalações, etc.) e variedade/diversidade.

Metas:

- Estabelecer programas de formação continuada para todos os profissionais que atuam na Educação Infantil (incluindo os funcionários “estagiários”).
- Proporcionar às unidades escolares a avaliação dos espaços por profissionais especializados (arquitetos, engenheiros) nas áreas de construção e reformas, visando a adequação às normas da ABNT e outros que a regem, bem como estabelecer a relação adequada (espaço- número de alunos).
- Criar programa municipal visando à aquisição permanente de equipamentos (brinquedos, móveis, etc.), favorecendo a reposição imediata em caso de desgaste por uso ou ação do tempo.

PROPOSTA 4

- Introduzir a família na escola através de Projetos Pedagógicos (Dia da Família, Hora Social com brincadeiras e confecções de brinquedos, etc.);

- Formações para os profissionais da Educação em horário de trabalho, sem prejuízos, pois no contraturno fica inviável para quem tem dois cargos e nunca pode participar de tais formações;
- Implantação da Hora Social, em que as crianças de idades e turmas diferentes possam compartilhar determinados momentos;

PROPOSTA 5

- Espaços públicos direcionados as crianças de 0 a 6 anos com materiais adequados para o brincar.
- Formação continuada aos profissionais que atendem esta faixa etária.
- Criar bebetecas em localidades do município onde há maior índice de pouco espaço cultural e difícil acesso a população.
- Criar oficinas do brincar, visando o resgate e a vivência lúdica tanto para a população como para os profissionais.
- Criar oficinas para pais e filhos desta faixa etária em parques da cidade.
- Espaço de lazer nos bairros.
- Horário de trabalho diferenciado para as mães com filhos pequenos.
- Dispensa de trabalho para ir a reuniões de pais.

PROPOSTA 6

- Definir relação adequada de número de alunos e o professor com força de lei, visto que em nossas escolas temos o excessivo número de 33 alunos por turma de 4 e 5 anos.
- Investir na qualificação do profissional de educação com formação continuada em horário de trabalho.
- Investir na formação e atendimento especializado para educação inclusiva.
- Garantir atendimento as famílias de menor renda, mas com qualidade, construindo mais escolas e não sobrecarregando as existentes com ordem judicial.
- Investir em infraestrutura padronizada e materiais de qualidade que atendam as necessidades das crianças (reformas das CEIs degradadas).
- Primar pela qualidade do educar, cuidar, brincar.
- Aluno educador para todas as turmas.

PROPOSTA 7

- Trabalhar as diferenças adquirindo brinquedos que envolvam a diversidade étnica sem discriminação de raça ou cor.
- Vivenciar o brincar como direito à criança, oferecendo espaços lúdicos que atendam às demandas da infância.
- Resgatar brincadeiras e vivências lúdicas infantis.

- Reconhecer o brincar como direito a criança, oferecendo espaços lúdicos que atendam a demanda da infância.

- Criar laboratórios do brincar visando o resgate e a vivência lúdicos.

- Reconhecer o brincar como forma privilegiada da criança. Oferecer espaços lúdicos que atendem as demandas da criança.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROPOSTA 1

- A maior parte das violações aos direitos fundamentais da criança ocorre na família e, quando graves, a criança é retirada do contexto familiar e, como medida de proteção, é colocação em entidade de acolhimento até que se alterem as condições que levaram à adoção da medida. Para isso, o governo municipal deve adotar políticas públicas que fortaleçam as famílias e lhes deem condições de cuidar de seus filhos;
- Bom exemplo de modalidade de proteção é o Programa de Famílias Acolhedoras;
- O fortalecimento dos Conselhos Tutelares é fundamental, aumentar o investimento neste órgão, aumentando pessoal e material;
- Adoção: criar um mecanismo mais eficiente e ágil para colocação da criança na lista de adoção. Quando todas as tentativas “reais” forem feitas em busca de familiares e não forem localizados ou se localizados, se negarem a cuidar do menor, que imediatamente seja posto em adoção.

PROPOSTA 2

- Fortalecer a utilização de locais apropriados na comunidade (UBS, Centro Esportivo, Escolas, Associações de Moradores, etc) para que neles ocorram ações intersetoriais voltadas aos cuidados à criança;
- Valorizar as ações já existentes nas comunidades e elaborar uma rede para que haja o “diálogo” entre elas e seu fortalecimento com ações cada vez mais pontuais;
- Programar rodas de conversas, palestras e cursos com profissionais de diversas áreas que possibilitem oferecer auxílio às famílias

mais necessitadas no aspecto de viabilizar condições de trabalho aos pais, fornecendo cursos onde estes aprendam um ofício e progressivamente valorizem-se como cidadãos. Com isso, melhorando a qualidade de vida da família;

- Reforçar o atendimento às famílias que apresentam desestruturação (problemas como drogas, prostituição, delinquência), de forma a acompanhá-las e orientá-las na condução de cuidados, deveres e direitos da criança que estejam inseridas neste contexto;
- Incentivar as Associações de Moradores e fortalecê-las.

PROPOSTA 3

- Palestras aos pais ou responsáveis pela criança sobre direitos e deveres;
- Encaminhamentos necessários para intervenções profissionais em casos de abandono, maus tratos, violência física ou emocional;
- Oportunizar momentos durante a reunião de pais para dar ciência aos mesmos sobre o ECA;
- Promover parceria constante entre a Educação e a Saúde, apoiando as ações da escola no enfrentamento das situações de pobreza ou vulnerabilidade social.

PROPOSTA 4

- Adoção de políticas públicas que fortaleçam as famílias e lhes dêem condições de cuidar de seus filhos (não só suprir a questão financeira como social);
- Programa de Famílias Acolhedoras: Estabelecer parcerias em diversos âmbitos com políticas setoriais;
- Concepção de Diretrizes dos abrigos:
 - direitos e não assistencialismo
 - Atendimento global da criança
 - Ações que promovam o retorno da criança ao convívio familiar;
- Objetivos como política pública:
 - Fortalecimento da família
 - Cumprimento de uma equipe técnica para os cuidados nos abrigos

- Formação em serviço dos profissionais
- Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da criança e da família e também após o processo de retorno da criança a família
- Promover campanha de esclarecimento sobre Família Acolhedora (capacitação/subsídio financeiro)
- Adoção Legal junto ao amparo de mães que não desejam esses filhos.

PROPOSTA 5

FAMÍLIA: prevenir o abrigamento por meio do fortalecimento das famílias (como já acontece, a criança só deverá ser “afastada” do convívio familiar esgotadas todas as possibilidades de intervenção).

ABRIGO: avaliação do desenvolvimento global da criança nas dimensões física, psíquica e emocional e não somente da estrutura física do local. Garantir, no máximo dois anos o cumprimento das normas básicas que indicam a necessidade de uma equipe técnica para atender um grupo de no máximo vinte crianças.

ADOÇÃO: neste caso não só promover campanhas a adoção legal como também, elevar o número de informações e preparação das famílias cujo perfil seja ampliado ao grupo de crianças que tendem a permanecer por um tempo maior no abrigo (negros, grupos de irmãos, idade superior a três anos etc.)

Em qualquer uma das situações foram ressaltadas a necessidade de acompanhamento criterioso por parte do poder público, formações aos profissionais envolvidos no processo, avaliações contínuas e rigorosas em todas as etapas.

4. Foi muito questionado o Programa de Famílias Acolhedoras, no geral concluiu-se que a metodologia deve ser desenvolvida por profissionais extremamente capacitados.

PROPOSTA 6

Que o poder público assuma a direção dos abrigos e profissionalize o atendimento por meio de formação e capacitação continuada;

- Promover campanhas para a adoção legal;
- Que em todos os acompanhamentos de pré-natal já se verifique a situação da família e a necessidade de apoio e acompanhamento da mesma ou o possível encaminhamento para adoção;
- Agilizar os processos de adoção;

PROPOSTA 7

- Parceria e acompanhamento da Equipe de assistência social para garantir a participação da família, entendendo essa como instituição primordial de cuidado e educação dos filhos.

- Garantir prioridade de vaga para crianças em situações de risco e oferecer suporte operacional e deslocamento via abrigo/escola.

- Oferecer suporte psicossocial à família receptora.

ATENDIMENTO À DIVERSIDADE

PROPOSTA 1

Crianças brasileiras e afrodescendentes

- Fórum de debate sobre a discriminação étnico-racial;
- Revisar a Matriz Curricular da rede municipal, atendendo a legislação pertinente;
- Resgatar os personagens históricos sorocabanos negros;
- Aquisição de brinquedos e outros materiais pedagógicos da educação infantil nos programas municipais, por exemplo, “Este livro é meu”, incluir bonecas negras e jogos expressivos da diversidade étnica, sem discriminação de raça ou cor;
- Criar museu ou núcleo da cultura negra do município, com exposições permanentes.

Crianças indígenas

- Revisar a Matriz Curricular da rede municipal, dando a devida importância a cultura indígena;
- Promover cursos de formação aos professores, contemplando as especificidades culturais indígenas;

- Disponibilizar materiais de apoio sobre a cultura indígena como livros, documentários, imagens etc.

PROPOSTA 2

- Cuidados para grupos específicos e crianças com deficiências;
- Promover e realizar estudos e pesquisas com o objetivo de prevenir, detectar e tratar o mais precocemente possível as dificuldades de desenvolvimento;
- Desenhar, implementar e fortalecer programas intersetoriais de saúde integral e educação especializada dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, dos quais participem a família e a comunidade.
- Equipes especializadas em saúde mental da primeira infância.
- Campanhas educativas e informativas.

PROPOSTA 3

Crianças brasileiras e afrodescendentes

- Construção de Creches e Pré escolas nas regiões onde há uma maior população negra;
- Fórum de debate sobre a discriminação étnico-racial;
- Revisar a Matriz Curricular da rede municipal, atendendo a legislação pertinente;
- Resgatar os personagens históricos sorocabanos negros;
- Aquisição de brinquedos e outros materiais pedagógicos da educação infantil nos programas municipais, por exemplo, “Este livro é meu”, incluir bonecas negras e jogos expressivos da diversidade étnica, sem discriminação de raça ou cor.

Crianças indígenas

- Revisar a Matriz Curricular da rede municipal, dando a devida importância a cultura indígena;
- Promover cursos de formação aos professores, contemplando as especificidades culturais indígenas;

Disponibilizar materiais de apoio sobre a cultura indígena como livros, documentários, imagens etc.

PROPOSTA 4

Ação 1 – A família, é, na sociedade atual, a instituição que desempenha o papel central e insubstituível de atender às necessidades do desenvolvimento

da criança. Ação – diversidade cultural, étnica, formando cidadãos críticos e conscientes no seu papel na sociedade.

PROPOSTA 5

Após um levantamento prévio da situação real que enfrenta a comunidade escolar, no que diz respeito às violências sofridas pelas crianças, consideramos como prioritário o desenvolvimento de um trabalho visando o envolvimento da família, da comunidade, da sociedade e do Estado, pelo respeito à diversidade étnico-cultural, a identidade e orientação sexual, à equidade de gênero e as particularidades regionais socioeconômicas, físicas e mentais da criança e de sua família.

VIOLÊNCIA

PROPOSTA 1

- Fortalecer os Conselho Tutelar para atuar em prevenção (palestras) nos espaços públicos já existentes.
- Utilizar os espaços públicos adequados para o encontro com grupos familiares (UBS), Escola da Família, igrejas, associações de moradores), promovendo palestras e orientação com profissionais especializados. (Assistente Social, psicólogos, terapeutas).

PROPOSTAS 2

- Promover palestras em diferentes âmbitos da sociedade na 1ª infância e como prevenir.

- Promover atendimento às famílias com especialistas: assistente social, psicólogo, advogados, educadores, especialistas em mediação de conflitos familiares, sociólogos, etc.

- Campanhas Municipais, como Semana contra a violência infantil.

- Punição com mais rigor para infratores que cometem violência infantil.

- Capacitação para todos os profissionais envolvidos no trabalho com crianças (escolas) na prevenção e enfrentamento no âmbito.

- Valorização das capacidades e competências das famílias na resolução de seus próprios conflitos e problemas.

- Regulamentar através de leis a propaganda da comunicação mercadológica.

- Comunicar imediatamente aos órgãos competentes casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra a criança.
- Zelar pela integridade física, psicológica e moral da criança.
- Solicitar parcerias de entidades e órgãos públicos que esclareçam procedimentos relacionados ao tema.
- Realizar movimentos de socialização so tema e seu enfrentamento junto a toda equipe escolar e comunidade.
- Solicitar parcerias de entidades e órgãos públicos que esclareçam procedimentos relacionados ao tema.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Primeiramente ressaltamos a importância da formação continuada para toda equipe que envolve a primeira infância, visando diretamente a qualidade de vida dessas crianças. Ações como palestras que envolvam os pais, com temas pertinentes e com profissionais qualificados para o determinado assunto, essa ação poderá acontecer nos diversos segmentos da comunidade da criança, como posto de saúde, associação de moradores, igrejas e os diversos meios de comunicação. A conscientização das instituições de trabalho dos pais, quanto a importância da participação e assistência na vida escolar dos filhos, dando apoio e suporte necessário para que essa ação realmente aconteça. Essas ações foram levantadas pela equipe em estudo ao Plano Nacional da Primeira Infância de tal maneira que a educação escolar e familiar se enriqueçam, produzindo trocas de saberes, com aprendizagem significativas, ampla e consciente.

O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

PROPOSTA 1

- Formação com os profissionais da primeira infância (pediatras, professores, etc) sobre o tema;
- Programas controlados que respeitem a etapa;
- Legislação que favoreça mãe permanecer mais com os filhos (carga horaria reduzida);

- Orientações pediátricas sobre danos ao excesso de tv;
- Promoção de debates com os pais sobre o tema, em âmbito nacional (locais de trabalho, saúde, educação, cultura, formadores de opinião);
- Orientação aos pais sobre o controle das mídias na própria programação;
- Mídia promover orientação antes de cada programação;
- Proporcionar férias aos pais concomitantes as férias dos filhos;
- Políticas: licença maternidade estendida para todos
- Segurança nos parques públicos;
- Espaços de lazer nos bairros adequados a esta faixa etária;
- Dispensa do trabalho para ir nas reuniões de pais na escola

PROPOSTA 2

- Promover o debate sobre a exposição precoce de crianças à mídia em todos os setores da sociedade;
- Utilizar espaços e tempos da escola para promover debates sobre a mídia dentro das escolas e envolver os pais nesses debates;
- Promover debates públicos sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças;
- Criar políticas públicas que busquem o compromisso das emissoras com programas educativos e que respeitem as etapas características do desenvolvimento infantil.

PROPOSTA 3

- Campanha informativa para a primeira infância nos meios de comunicação;
- Comunicação entre prefeitura e escolas para saber sobre as reais necessidades para elaboração dos kits escolares e brinquedos que sejam de qualidade, em quantidade adequada e de acordo com a faixa etária;
- Maior divulgação sobre o que de interessante estiver acontecendo sobre a primeira infância através de jornais gratuitos, cartazes em postos de saúde e estabelecimentos comerciais, internet, na mídia dando visibilidade e garantindo acesso aos interessados;
- Prestar contas dos gastos relacionados à primeira infância e oferecer oportunidade para que a população possa contribuir com sugestões de acordo com a necessidade;
- Comunicação com o público para estimular a leitura proporcionando nos bairros um maior contato através de um “ônibus biblioteca” com um contador de histórias e livros que possam ser emprestados ou doados;
- Secretarias da educação e cultura proporcionando eventos nos parques voltados à primeira infância e amplamente divulgados para a comunidade;
- Comunicação saúde/escola/família constante sobre a primeira infância.

PROPOSTA 4

- Promover o debate sobre a exposição precoce de crianças à mídia em todos os setores da sociedade;
- utilizar espaços e tempos da escola para promover debates sobre a mídia dentro das escolas e envolver os pais nesses debates;
- promover debates públicos sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças;
- criar políticas públicas que busquem o compromisso das emissoras com programas educativos e que respeitem as etapas características do desenvolvimento infantil;

- proibir propagandas direcionadas ao público infantil em qualquer mídia.

PROPOSTA 5

- Conscientização das famílias, através de:
- Palestras;
- Textos informativos e instrucionais;
- Rodas de debate;
- Teatro com o tema do consumismo;
- Uso de material áudio visual (comercial, filme e propaganda de revista).
- Realização de atividades com as crianças:
- Projetos visando o tema;
- Campanhas de doação de roupas e brinquedos, reciclagem e reutilização;
- Teatro com o tema do consumismo;
- Realização de pesquisas e cartazes.

PROPOSTA 6

- Promover debates em todos os setores da sociedade sobre a exposição precoce de crianças à mídia e sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças, buscando-se o compromisso das emissoras com programas educativos que respeitem as etapas e as características do desenvolvimento infantil.
- Auxiliar os educadores a conscientizar os pais acerca dos males que o excesso da mídia pode causar, bem como informá-los sobre propostas alternativas à tv, ao computador, aos dvd's e ao vídeo game que podem e devem ser estimuladas nas crianças como, por exemplo, brincadeiras que estimulem o movimento e o imaginário infantil.
- Promover debate sobre o uso de tv's em creches e pré-escolas para posteriormente regulamentar seu uso, sempre dentro da função de meio pedagógicas.

PROPOSTA 7

- Promover o debate sobre a exposição precoce de crianças à mídia;
- Estabelecer reflexão entre os profissionais da educação com os pais acerca dos males e excesso da mídia pode causar, bem como informar aos pais sobre propostas alternativas à tv, ao computador e ao vídeo game que devem ser estimulados nas crianças como excursões, teatros de fantoches, bonecos, brincadeiras que estimulam a imaginação, como o faz de conta, etc;
- Uso da tv na escola apenas para atividade educativas, sempre dentro da função pedagógica;
- Promover debates sobre a qualidade da mídia dirigida as crianças, buscando-se o compromisso das emissoras com programas educativos e que respeitem as etapas e características do desenvolvimento infantil (debate público).

PROPOSTA 8

- Promover debates em todos os setores da sociedade sobre a exposição precoce de crianças à mídia e sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças, buscando-se o compromisso das emissoras com programas educativos que respeitem as etapas e as características do desenvolvimento infantil.
- Orientar pais e educadores sobre os limites que devem ser impostos às crianças no que se refere ao uso da mídia, conscientizando-os acerca dos males que o excesso da mídia pode causar, bem como informá-los sobre propostas alternativas à tv, ao computador, aos dvd's e ao vídeo game que podem e devem ser estimuladas nas crianças como, por exemplo, brincadeiras que estimulem o movimento e o imaginário infantil.
- Regulamentar o uso de tv's e dvd's em creches e pré-escolas, sempre dentro da função de meio pedagógico.

PROPOSTA 9

- Promover o debate sobre a exposição precoce das crianças à mídia em todos os segmentos da sociedade
- Rever a política com relação aos recursos oferecidos em nossas creches
- Adequar a relação do número de adultos por crianças nas unidades de educação infantil
- Regulamentar o uso das mídias nas creches e pré-escolas
- Promover debates sobre a qualidade dos conteúdos oferecidos e a adequação do tempo
- Promover o debate entre escola e famílias acerca dos limites impostos às crianças sobre o uso de mídias nos ambientes residenciais;
- Abordar o tema com as famílias para saber como é o acesso da criança às tecnologias. Se há segurança e participação crítica com relação aos conteúdos dos meios de comunicação;
- Oferecer palestras com profissionais especializados
- Oportunizar às crianças o resgate das brincadeiras de roda e aquelas que estimulam a criatividade, interação social, desenvolvimento físico e motor, entre outros.
- Estimular à atividades que favoreçam o desenvolvimento integral da criança
- Utilizar como ferramenta para complementar o trabalho pedagógico de forma desafiadora da curiosidade e da construção de conhecimento
- Promover formação dos profissionais da rede municipal sobre os riscos da exposição aos meios de comunicação
- Profissional de educação física para trabalhar com a necessidade de desenvolvimento corporal de cada faixa etária.
- Profissional de educação musical para despertar o gosto e associar à educação do movimento com profissional formado nesta área.